

A real supremacia do dinheiro do Plano Real brasileiro*

Andreas Novy**
Ana Cristina Fernandes***

Certamente a esquerda estava com a razão quando afirmava que 1994 era um ano de ruptura. Porém o conteúdo dessa ruptura foi basicamente diferente do previsto. Ao lançar o real poucos meses antes das eleições, uma única medida política tornou o Governo capaz de impedir uma mudança de poder. De uma tacada só, caíram as taxas de inflação e, também, a preferência do eleitorado pela oposição. Com uma vantagem impressionante, FHC venceu as eleições, mas, mais do que isso, viabilizou, mais uma vez, a continuidade do sistema de poder. A surpreendente força desse programa alternativo conseguiu aquilo que não foi possível em mais de uma década: conciliar novamente os grandes interesses e as diferentes frações de poder do País, depois da longa crise e da instabilidade dos anos 80, que exacerbaram seus conflitos a extremos. Os interesses particulares foram, enfim, subordinados a um objetivo comum central, de impedir a subida ao poder de um homem do povo. Isso não é nenhuma estratégia nova. Mas, com a estabilização monetária e política que a eleição de 1994 permitiu, pode-se argumentar que estaríamos mais próximos da realização do sonho hegemônico de "(...) uma classe ou grupo econômico que estabelece alianças ou subordin[a] os demais grupos ou classes com o fim de desenvolver uma forma econômica compatível com seus interesses e objetivos" (CARDOSO, FALETTTO, 1984, p.23).

A evolução da conjuntura econômica, associada ao plano de estabilização, lança, porém, não só dúvidas sobre sua própria sustentabilidade como também sobre o projeto reeleitoral. Será que o modelo de estabilização implantado possibilitará mesmo um novo "milagre brasileiro", uma fase de crescimento dinâmico que solucione a trajetória instável do PIB, uma vez mais ao custo da exclusão da maioria da população, nos moldes do desenvolvimento econômico com dependência descritos por Cardoso e Faletto? Em que medida o projeto

* Este trabalho foi escrito em setembro de 1997 e contou com o apoio da FAPESP.

** Professor do Instituto de Estudos Urbanos e Regionais (IIR) da Universidade de Economia de Viena (WU-WIEN).

*** Professora no Programa de Pós-Graduação em Engenharia Urbana da Universidade Federal de São Carlos, em São Paulo.

hegemônico, passando, desde o Plano Real, pela eleição e pela reeleição do Presidente Fernando Henrique Cardoso (como dizia o ex-Ministro Sérgio Motta, o deste Governo é um projeto para durar 20 anos), está associado a um significativo e inigualável processo de concentração de poder econômico neste País, o que implica grandes alterações no sistema de poder?

Assumimos que não existe hegemonia sem sustentabilidade econômica e política, daí a importância do plano de estabilização, assim como dos levantes das polícias e das crises de inadimplência estaduais, ou ainda, da instabilidade social motivada pela seca no Nordeste e pelo desemprego mais recentemente. Em assim sendo, à luz dessa noção de sustentabilidade, dedicamo-nos, a seguir, a analisar os primeiros resultados macroeconômicos da política econômica inaugurada com o real. Convencido da extensão do poder de sua política econômica, o Governo FHC tem produzido significativas mudanças “nas bases de sustentação da [sua] estrutura econômica e política” (CARDOSO, FALETTTO, 1984, p.24), que reputamos como o objetivo por excelência de seu projeto político. Partindo da concepção de que este é um projeto excludente, argumentamos, inspirados em Fiori (1995), que a deterioração na estrutura social dele derivada induz a instabilidades capazes de ameaçar o projeto reeleitoral. Contraditoriamente, o mesmo receituário econômico que permitiu a candidatura vitoriosa de Fernando Henrique Cardoso em 1994 contém os elementos de incerteza da segunda candidatura. É o que as seções a seguir objetivam descrever.

1 - Crescimento com inflação ou estagnação com estabilidade?

O Plano Real é, à primeira vista, um programa de combate à inflação. Desde os anos 50, a inflação é vista como o cerne do problema do desenvolvimento econômico brasileiro. Durante os anos 80 e no começo dos anos 90, o combate à inflação foi se tornando cada vez mais a principal meta política a ser alcançada pelos governos. E, até hoje, o principal argumento em defesa do Plano Real (e da reeleição) é o fato de que ele tem assegurado, há quatro anos, o baixo nível de inflação. No início da década de 90, e inclusive em 1994, ano em que o Plano Real foi criado, a taxa de inflação era superior à marca dos 1.000%; no ano de 1995, despencou para 14,8%; e, em 1996, caiu ainda mais, ficando abaixo dos 10% (9,3%) — ver Tabela 1.

Em julho de 1994, a taxa média anual do câmbio chegou a 0,64 em relação ao dólar norte-americano e, só em 1996, atingiu novamente a marca de paridade 1,0. Enquanto no período de julho de 1994 até dezembro de 1996 o total da

desvalorização correspondeu a 4%, o índice médio de custos no setor industrial esteve na faixa de 21,68%, e o índice de preços ao consumidor, em 60,26% (PINTO, 1997a). A taxa de câmbio e a vinculação ao dólar norte-americano foram asseguradas com uma reserva monetária elevada. Tradicionalmente baixa no Brasil, em 1990 chegou perto de US\$ 10 bilhões, em 1994 atingiu a quantia de US\$ 38,8 bilhões e em 1996 alcançou US\$ 60,5 bilhões. Em vista de tal crescimento, o Governo dispôs de certo poder para proteger sua moeda contra especulações, especialmente depois da crise asiática, que reascendeu a discussão em torno da política cambial. Esta, baseada na correção mensal da taxa nominal um pouco acima da variação dos preços, tem se caracterizado pela livre flutuação dentro das bandas estabelecidas pela política no tempo.¹ Segundo o IPEA (apud FSP, 1997), essa flutuação tem se acentuado mais recentemente, aumentando o ritmo da desvalorização real da moeda brasileira, ao ponto de atingir a marca de 8,3% entre janeiro de 1996 e junho de 1997. Com essa política cambial, o Governo objetiva a redução das taxas de juros, sem ter que recorrer a uma desvalorização mais brusca, ao mesmo tempo em que permite a manutenção do esforço para ampliar a competitividade do produto brasileiro nos mercados interno e externo e, com isso, reduzir o desequilíbrio comercial.

Todavia não se deve esquecer que as reservas monetárias não são muito maiores do que as obrigações a curto prazo (US\$ 44 bilhões) mais as taxas de juros (PINTO, 1997b). O acúmulo de grande reserva cambial foi possível devido a uma política de juros altos, que, embora tenham caído mais recentemente, segundo a estratégia descrita acima, foram estratégicas para assegurar a atração de investidores nacionais e estrangeiros nos primeiros dois anos do Plano Real. Os juros reais, isto é, juros após a dedução da taxa de inflação, chegaram a 23,7% em 1994 e a 31,6% em 1995 e só caindo para 16,0% em 1996 (Tabela 1). Sem dúvida, estes são patamares que somente poucos mercados financeiros mundiais são capazes de manter, pela pressão que causam sobre as finanças públicas e sobre a capacidade de investimento nacional tanto do setor privado como do setor público. Além da aplicação financeira atraída pelos juros altos,

¹ Segundo Castro (apud FSP, 1997e), hoje é generalizadamente reconhecido que a taxa de câmbio está sobrevalorizada e que é precisamente este o mecanismo que trava o crescimento da economia brasileira (e não a não-aprovação das reformas constitucionais). Em vista da impossibilidade de negar a defasagem cambial e deixando de lado a "aposta" de que aumentos de produtividade a corrigiriam espontaneamente, o Governo persegue atualmente "(...)uma estratégia gradualista de correção do problema [que] consiste na correção do câmbio a taxas ligeiramente superiores à elevação dos preços industriais internos" (CASTRO apud FSP, 1997e, p. 2).

os investidores no mercado brasileiro também promoveram um *boom* nas Bolsas de Valores. Seguindo o indicador da Bovespa, em 1996 verificou-se um crescimento significativo (63,8%), que deve ser atribuído, particularmente, à forte valorização das ações das empresas estatais, desencadeada pelo Programa Nacional de Desestatização (PND). Os indicadores das 100 maiores empresas privadas fora do setor financeiro mostram somente uma modesta valorização de 14% (SOMOGGI, 1997).

Tabela 1

Indicadores macroeconômicos no Brasil — 1990-97

DISCRIMINAÇÃO	1990	1991	1992	1993
Inflação (1)	1 476,60	480,2	1 158,00	2 708,60
Taxa de juros real (2)	-4,8	6,7	30,2	7,1
Taxa de câmbio (4)	0,0000249	0,000149	0,0016	0,0322
Índices da taxa de câmbio (5)	79,6	91,9	100	98,3
Reservas internacionais (6) ..	9,9	9,4	23,7	32,2
Investimento (% PIB)	21,6	18,8	18,9	19,2
Dívida externa total (6)	123,4	123,9	135,9	145,7

DISCRIMINAÇÃO	1994	1995	1996	1997
Inflação (1)	909,6	14,8	9,3	7,5
Taxa de juros real (2)	24,8	33,1	(3) 23,9	(3) 42,0
Taxa de câmbio (4)	0,6389	0,9177	1,0052	1,0417
Índices da taxa de câmbio (5)	85	67,7	66,0	68,4
Reservas internacionais (6) ..	38,8	51,8	60,1	52,2
Investimento (% PIB)	19,6	19,2	19,5	-
Dívida externa total (6)	148,3	159,2	178,1	193,1

FONTE: BOLETIM DO BANCO CENTRAL (1991/1996). Brasília: BACEN.

INDICADORES IESP (1991/1996). São Paulo: IESP.

FGV.

(1) Deflator IGP-DI Geral, da FGV; taxa de variação no período em percentual. (2) Over/Selic (títulos federais); taxas acumuladas no ano, deflacionadas pelo IGP-DI centrado em final de mês. (3) Valores nominais. (4) Valor para relação R\$/US\$ em dezembro. (5) Deflator INPC. (6) Valores em US\$ bilhão em dezembro.

Tabela 2

Indicadores de conjuntura econômica no Brasil — 1980-1997

DISCRIMINAÇÃO	1980	1990	1991	1992	1993
PIB Total (1)	221,6	445,9	386,2	387,3	429,7
Taxa anual de variação do PIB	9,2	-4,3	0,3	-0,8	4,2
PIB <i>per capita</i> (2)		4 408,42	4 352,73	4 251,02	4 364,44
Taxa real de variação do PIB <i>per capita</i>		-5,5	-0,6	-2,1	3,4
Índice de emprego total (3)		112,81	109,99	106,87	107,6
Indústria de transformação		110,7	105,79	100,31	101,06
Taxa de desocupação (4)		3,93	4,15	4,5	4,39
FBKF (5)	23,6	15,5	15,2	14	14,4
Índice da produção Industrial (6)	101,1	91,1	88,7	85,4	91,8
Indústria de transformação		90,5	88,4	84,8	91,6
Utilização de capacidade instalada (7)		-	-	72,29	75,23
Produtividade na indústria (8)		96,0	104,8	106,7	115,1

DISCRIMINAÇÃO	1994	1995	1996	1997	VARIAÇÃO MÉDIA ANUAL 1990-97
PIB Total (1)	543,1	705,4	775,4	803,0	8,8
Taxa anual de variação do PIB	6	4,3	2,8	3,0	-
PIB <i>per capita</i> (2)	4 561,05	4 692,29	4 763,61	4 835,06	1,3
Taxa real de variação do PIB <i>per capita</i>	4,3	2,8	1,4	1,5	-
Índice de emprego total (3)	108,94	107,07	105,77	105,33	-1,0
Indústria de transformação	102,63	98,05	95,59	93,67	-2,4
Taxa de desocupação (4)	3,42	4,44	3,82	4,84	3,0
FBKF (5)	15,3	16,6	16,0	-	0,5
Índice da produção Industrial (6)	98,8	100,6	102,2	106,2	1,9
Indústria de transformação	98,8	100,5	101,4	105,0	1,9
Utilização de capacidade instalada (7)	77,13	78,05	78,19	79,0	1,3
Produtividade na indústria (8)	126,8	129,7	141,5	153,1	6,7

FONTE: BOLETIM DO BANCO CENTRAL (1980, 1990/1996) Brasília: BACEN. (Diversos números).

(1) PIB, nova série divulgada pelo Bacen, estimativa, current US\$ billion; valores estimados pelo BCB para 1996. (2) IBGE, preços constantes de 1996; valores estimados pelo BCB para 1996. (3) Índice mensal do nível de emprego para o Brasil, MTb, 1985=100, dezembro. (4) IBGE, Pesquisa Mensal de Emprego, média das taxas das Regiões Metropolitanas de Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador, Recife; taxas médias anuais de 1990 a 1994 e taxa do mês de dezembro para os demais anos. (5) Percentual do PIB a preços constantes de 1980. (6) Base: média de 1989=100. (7) Porcentagem da capacidade utilizada no mês. (8) Indústria de São Paulo.

Juntamente com a estabilidade monetária, o Plano Real foi desenhado para contribuir, já a curto prazo, para o reaquecimento da economia. De um lado, pelo simples impacto que a estabilidade causa sobre a demanda dos grupos sociais desprotegidos contra a inflação alta e, de outro, através da propriedade do Plano de proporcionar ao empresariado nacional condições apropriadas, previsibilidade e rumos definidos para uma economia mais eficiente. Embora distante do patamar de duas cifras do "milagre brasileiro" no início dos anos 70, o Brasil atingiu sua maior taxa de crescimento da década de 90, exatamente em 1994 (6%). Além disso, o País alcança um cenário de crescimento mais estável, ao contrário do que se verificou no período anterior ao Plano, caracterizado por grande flutuação da taxa de variação do PIB (Tabela 2). Em 1995, porém, a taxa de crescimento caiu, reduzindo o patamar de crescimento ao nível modesto do início dos anos 90 (e dos anos 80) para cair ainda mais no ano seguinte (2,9%), em meio ao desequilíbrio das contas externas, como será verificado mais adiante.

No setor industrial, mais especificamente na indústria de transformação, o crescimento do produto foi mais instável, embora positivo em todos os anos desde o Plano Real. De grandes proporções em 1994, declinou drasticamente no ano seguinte, chegando ao índice de 1,4% em 1996 (Tabela 3). Alguns setores chegaram até a encolher a partir de 1995, quando os ajustes ao Plano foram implementados com a crise mexicana. Depois do crescimento acentuado entre 1994 e 1995 (21,1%), por exemplo, a indústria mecânica apresentou uma forte contração nos dois anos consecutivos (-4,5% e -18,6% respectivamente), uma vez fortemente expostos à concorrência internacional. O resultado desse setor contribuiu significativamente para o desempenho negativo da indústria de bens de capital, que chegou a se contrair em cerca de 16% entre 1995 e 1996. Comportamento semelhante é verificado nas indústrias metalúrgica (-1,6% e -2,1%), têxtil (-5,8% e -5,8%) e de vestuário e calçados (-6,9% e -3,4%). Trata-se de uma queda de tal magnitude que, em se mantendo a atual política comercial, em alguns anos a abertura comercial poderá ter destruído — ou transformado em direção à "conglomerção" do capital — boa parte da estrutura industrial, construída com gigantesco esforço social. Efeitos dessa contração sobre a capacidade de exportação do País já são perceptíveis, com o crescimento da participação de produtos semi-industrializados e agrícolas — típicos de países do Terceiro Mundo — no total da pauta, como mostra a Tabela 5 mais adiante.

Tabela 3

Variação percentual dos indicadores da produção industrial no Brasil — 1990-97

DISCRIMINAÇÃO	1990	1991	1992	1993
Total	-8,9	-2,6	-3,7	7,5
Indústria de transformação	-9,5	-2,4	-4,1	8,1
Metalúrgica	- 12,6	- 5,7	- 0,6	7,7
Mecânica	- 16,9	- 10,3	- 9,5	17,4
Material elétrico e de comunicações	-	- 6,6	- 12,6	14,2
Material de transportes	- 15,9	- 0,2	- 2,2	20,8
Química	- 8,1	- 7,7	- 0,5	4,3
Têxtil	- 10,1	2,8	- 4,5	- 0,5
Vestuário, calçados e artefatos de tecidos	- 14	- 13,2	- 7,7	10,6
Bens de capital	- 15,5	- 1,3	- 6,9	9,6
Bens intermediários	- 8,7	- 2,3	- 2,4	5,5
Bens de consumo	- 5,3	2,1	- 5,4	10,2
Durável	- 5,8	4,7	- 13	29,1
Semiduráveis e não duráveis	- 5,2	1,8	- 3,8	6,7

DISCRIMINAÇÃO	1994	1995	1996	1997
Total	7,6	1,8	1,4	3,9
Indústria de transformação	7,8	1,6	-1,2	3,6
Metalúrgica	10,2	- 1,6	- 2,1	5,8
Mecânica	21,1	- 4,5	- 18,6	7,3
Material elétrico e de comunicações	19	14,6	3,5	-2,4
Material de transportes	13,4	4,1	- 0,3	9,8
Química	6,6	- 0,5	4,9	5,5
Têxtil	3,8	- 5,8	- 5,8	-5,5
Vestuário, calçados e artefatos de tecidos	- 2,1	- 6,9	- 3,4	-6,8
Bens de capital	18,7	0,3	- 15,9	4,7
Bens intermediários	6,5	0,2	2,1	4,6
Bens de consumo	4,4	6,2	5,0	1,2
Durável	15,1	14,5	11,1	2,9
Semiduráveis e não duráveis	1,9	4,2	3,3	0,7

FONTE: BOLETIM DO BANCO CENTRAL (1997). Brasília : BACEN, jul.

NOTA: Produção no período jan.-abr./97 comparada à de igual período do ano anterior.

Apesar do baixo crescimento no final do período estudado, a renda *per capita* apresentou um crescimento constante entre 1992 e 1996, atingindo, neste último ano, o valor de R\$ 4.763,61, o que representa, entretanto, um crescimento de apenas 8,1% nos seis anos da década de 90 (Tabela 1). Quer dizer, o Plano Real pôde, com certeza, inverter a tendência dos anos iniciais da década, quando a instabilidade monetária restringia as possibilidades de expansão da demanda; mas, mesmo assim, o valor da renda *per capita* de 1996 foi muito pouco superior ao de 10 anos antes (R\$ 4.640,93). O crescimento inflacionário no período de 1950 a 1980 foi substituído, com a adoção do Plano Real, por uma fase de baixo crescimento ou de estagnação deflacionária. Com o controle do “monstro da inflação”, não mais se discute que, durante muito tempo, a inflação foi um mecanismo de sustentação do crescimento econômico, apesar de seus efeitos negativos sobre a distribuição de renda. Ao contrário, o argumento mais divulgado é aquele que dissolve o conflito da distribuição de renda entre as diferentes classes sociais pela simples interrupção da espiral inflacionária. E, dessa forma, justifica-se o baixo crescimento.

A Tabela 4 mostra que, de 1984 a 1990, o índice mensal total do nível do emprego cresceu quase 13%, mas entrou em declínio a partir de 1990, apresentando uma tendência de queda nos seis anos da década, que chegou a atingir a taxa média anual de -1,07%. Com isso, a taxa de desemprego aberto detectada pelo IBGE demonstra um crescimento médio da ordem de 4,27% ao ano, no mesmo período. Uma análise mais detida da mesma Tabela 4 revela que a estabilidade monetária proporcionou uma recuperação, na medida em que o índice cresceu em 1994 (108,94). Mas, com a queda constante que se observa em seguida (107,07 em 1995 e 105,77 em 1996), é plausível concluir que a recuperação em 1994 se deveu ao efeito expansionista imediato à implantação do plano de estabilização.

Em vista da abertura comercial e da regulação dos preços via âncora cambial dela decorrente, duas tendências somam-se para a queda observada: de um lado, a própria concorrência externa, que levou a alguma desvalorização de capitais brasileiros e, de outro, os esforços de ganhos de produtividade que se seguiram ao impacto inicial da abertura. Este é particularmente sentido na indústria de transformação. O aumento de 10% ocorrido no mercado de trabalho no período 1985-90 é confrontado com uma queda do índice de emprego de 102,63 (1994) para 95,59 (a queda é maior, se considerado todo o período, chegando à média de 2,42% ao ano). Em alguns setores isolados, bastante atingidos pela abertura de mercado, o quadro é mais dramático ainda (indústrias metalúrgica, mecânica, material de transporte — especificamente o setor de autopeças — indústria têxtil e especialmente a indústria de material elétrico e

de comunicações (redução recorde, com taxa média anual de 4,8% entre 1990 e 1996), justo aquela onde se observou um *boom* nas vendas pós-real). Considerando-se o período final da série apresentada (1995-96), não houve um único setor entre os apresentados na Tabela 4 onde se pudesse observar uma recuperação.

Essa forte retração no mercado de trabalho formal não representou, necessariamente, um aumento de desemprego na mesma proporção, mas, sim, uma precarização das condições de trabalho. Como mostra Pochmann², o setor informal, que é o que tem produzido novos postos de trabalho nesta década, tem amenizado o choque sentido no mercado de trabalho com a abertura comercial e, mais recentemente, com o Plano Real. Segundo o autor, foi na indústria onde o fenômeno se verificou mais acentuadamente: entre 1989 e 1995, foram fechados 230 mil postos de trabalho por ano. Para ele, predominam hoje no País os empregos sem carteira, por conta própria ou pequenos negócios familiares, onde parte dos empregados são membros da família, não remunerados. Não é inútil lembrar que estes são postos de trabalho caracterizados por sua baixa remuneração, ausência de registro profissional e conseqüente elevação da vulnerabilidade do trabalhador à exploração de sua mão-de-obra. Ainda assim, em 1996 o desemprego aberto voltou a crescer, atingindo a faixa dos 5,5%, depois de quatro anos de redução contínua, como mostra a Tabela 4. Somente em São Paulo, de julho de 1994 até dezembro de 1996, foram suprimidos 320.864 postos de trabalho na indústria (LÍRIO, 1997a).

O crescente índice de desemprego não conduz necessariamente a um agravamento da distribuição de renda. O Governo usa isso como argumento de que as classes mais pobres, devido à supressão do ônus inflacionário, “até melhoraram sua renda com o Plano Real”. Em 1989, os 50% mais pobres dos empregados detinham 11,8% do total da renda; em 1994, a participação destes caiu para 10,4%, mas cresceu para 11,6% em 1995 (ESP, 1996, p.B5). Também o índice de Gini, fator que mede a desigualdade da distribuição de renda, subiu de 0,575 em 1992 para 0,603 em 1993, vindo a cair para 0,592 em 1995 — um valor, contudo, ainda inferior ao de 1992 (BATISTA JÚNIOR, 1997). Isso mostra

² Baseado em série divulgada pelo IBGE, **Estatísticas Históricas do Brasil**, e pelo Ministério do Trabalho, Pochmann concluiu que, entre 1989 e 1995, o emprego assalariado no Brasil cresceu apenas 0,48%, enquanto a PEA, 2,08%, e o emprego sem remuneração, 5,00%. Entre os assalariados, o emprego com registro em carteira chegou a diminuir a uma taxa média anual de -1,41%. O autor estimou que, entre 1989 e 1995, de cada 10 novas ocupações, apenas duas eram assalariadas, enquanto no período de 1940 a 1980 a relação era exatamente oposta.

que a melhoria apresentada em 1995 foi, antes de tudo, um retorno à situação anterior ao início do Plano. Novas pesquisas indicam ainda que a distância entre os 10% mais ricos e os 40% mais pobres aumentou da faixa dos 4,8 para 6,5 entre 1986 e 1996. Em 1993, essa relação aumentou para 7,2 e, em 1994, diminuiu novamente para 6,4 (ZINI JUNIOR, 1997). É conhecido o peso da estabilização nessa tendência de “melhora” na distribuição da renda no Brasil, mas é igualmente evidente que a supressão da inflação, por si só, não é capaz de resolver o problema da pobreza, cujas causas têm raízes muito mais profundas. O argumento da distribuição via interrupção da espiral inflacionária não pode, portanto, se sustentar por muito mais tempo e deve provocar acirrados debates na campanha (re)eleitoral.

Enquanto a inflação alta esteve em vigor, a classe média, como é sabido, conseguiu se proteger muito melhor contra a inflação do que os pobres, que só tinham acesso à moeda não indexada. Por isso, o fim da inflação significou um avanço para estes últimos, ao passo que a sobrecarga recaiu sobre a primeira, num primeiro momento. O consumo agregado, porém, não foi afetado com a limitação imposta à classe média, devido às diversas possibilidades de acesso ao crédito abertas aos pobres. Nos setores mais expostos à concorrência dos importados, como no caso da indústria de aparelhos eletrônicos, linha branca ou automotiva, pode-se até falar num *boom* (conferir FERNANDES, 1997a; LÍRIO, 1997b); em outros casos, como na indústria de couro, houve uma forte diminuição de preços, que produziu um efeito positivo para o consumidor; ou ainda preços que subiram abaixo da média, como foi observado na indústria de vestuário e de produtos alimentícios³ (FSP, 1997). Fenômeno semelhante foi verificado nos primeiros anos do plano de estabilização argentino, no começo dos anos 90 (MUSACCHIO, 1996, p.57).

Foram os custos das prestações de serviços os que mais reagiram à estabilização, com forte pressão altista. Os itens que subiram muito acima da média começam pela faxineira, indo até às consultas médicas e às prestações escolares e de planos de saúde. Desde o início do Plano, subiram na proporção de 154%, enquanto a inflação ficou na faixa dos 60% (FERNANDES, 1997b). Por outro lado, houve uma piora na prestação dos serviços públicos, como na educação e na saúde, pressionada pela demanda adicional provocada pela entrada de setores inadimplentes da classe média, em paralelo à dificuldade financeira dos níveis de governo em financiarem tais serviços.

³ Não se trata aqui da “âncora verde”, que contribuiu relevantemente para a queda da taxa inflacionária

“Na realidade, no geral o consumidor está melhor, quem está pior é o cidadão. O consumidor obtém muitas facilidades, como créditos, financiamentos a prazo, etc. Mas quando este consumidor fica doente e não tem dinheiro, morre na fila esperando atendimento médico.” (QUADROS, apud PIRES, 1997a).

Tabela 4

Índice mensal do nível do emprego no mercado de trabalho do Brasil — 1990-97

DISCRIMINAÇÃO	1990	1991	1992	1993
Total	112,81	109,99	106,87	107,60
Indústria de transformação..	110,70	105,79	100,31	101,06
Metalurgia	107,84		95,86	97,04
Mecânica	114,74		99,10	101,30
Material elétrico e de comunicações	115,84		93,16	90,97
Material de transportes	103,73		92,14	93,49
Têxtil	114,15		98,43	100,71
Calçados	90,90		89,23	90,54
Taxa de desemprego aberto (% da PEA)	4,28	4,82	5,80	5,31

DISCRIMINAÇÃO	1994	1995	1996	1997	VARIACÃO MÉDIA ANUAL 1990-97
Total	108,94	107,07	105,77	105,33	-0,98
Indústria de transformação..	102,63	98,05	95,59	93,67	-2,36
Metalurgia	98,93	94,13	91,65	91,60	-2,30
Mecânica	104,93	102,10	97,59	95,98	-2,52
Material elétrico e de comunicações	91,49	88,43	86,25	82,37	-4,75
Material de transportes	94,42	86,21	80,80	82,55	-3,21
Têxtil	102,94	94,58	92,04	88,27	-3,61
Calçados	88,37	81,60	80,31	76,24	-2,48
Taxa de desemprego aberto (% da PEA)	5,06	4,64	5,50	5,60	3,91

FONTE: BOLETIM DO BANCO CENTRAL (1997). Brasília: BACEN, jul. (Suplemento estatístico).

PESQUISA MENSAL DE EMPREGO (1990/1996). Rio de Janeiro: IBGE.

NOTA: 1. Valores de dezembro de cada ano.

2. Base: dezembro de 1984 = 100.

2 - Globalização: um mito?

A partir dos anos 40, o Brasil, famoso exportador de açúcar e café, foi-se direcionando para uma economia fechada. Desde 1947, seu coeficiente de exportação foi caindo de 14,8% para 7,6% em 1980 (BECKER, EGLER, 1992, p.112). Em 1989, quando o País ainda implantava oficialmente a política de substituição de importações, atingiu a faixa dos 9,1%. Apesar do discurso e também das medidas governamentais em prol da abertura de mercado, com o Plano Real esse crescimento não foi nem de perto alcançado.

Fenômeno pouco diferente aconteceu com as importações, sempre inferiores às exportações durante os anos 80, quando o País produzia os famosos "mega-superávits" comerciais. Vale lembrar que, além das medidas restritivas impostas nesse período, a reação da balança comercial decorreu logo depois da política de substituição de importações, que, com suas barreiras e tarifas, muito contribuiu para a redução das compras internacionais, embora houvesse dinamizado a expansão da base produtiva e a infra-estrutura econômica nacionais. Essa situação se altera com a implantação do Plano Real. Os produtos importados, cujos preços se tornam bastante competitivos no mercado doméstico com a ajuda do câmbio sobrevalorizado, acabaram tendo um papel fundamental no combate à inflação, servindo para equilibrar o nível de preço dos produtos nacionais. As medidas de restrição às importações foram bastante reduzidas, e o controle alfandegário afrouxado. O crescimento pouco dinâmico das exportações e o aumento das importações provocaram uma virada radical na balança comercial, como mostra a Tabela 5. Enquanto no início dos anos 90 seu saldo foi positivo, no valor de duas cifras de US\$ bilhões, a partir de 1995 passou a ser negativo, chegando, em 1996, a apresentar um déficit da ordem de US\$ 5,5 bilhões.

O mais preocupante, porém, é a estrutura do déficit. O crescimento das exportações tem sido significativamente contrastante com o desempenho das importações: enquanto as primeiras apresentaram uma variação média anual, entre 1990 e 1996, da ordem de 7,2%, as importações ficaram na faixa de 17,1% (Tabela 5), o que implica uma tendência preocupante no médio prazo, a continuarem vigentes as condições macroeconômicas atuais. No âmbito da indústria, o quadro é ainda mais grave: o saldo negativo da balança comercial do setor ultrapassou os US\$ 8 bilhões, sendo que, nos setores metalúrgico e eletrônico, superou a cifra dos US\$ 11 bilhões (TAVARES, 1997). O Brasil ainda é um país de economia orientada ao mercado nacional, o que se justifica em razão da dimensão de seu mercado interno, que ainda tem muito o que crescer, inclusive, em vista da concentração de renda que prevalece no País. Em assim

sendo, as empresas concentram suas vendas no mercado doméstico, de modo que tendem a recorrer à exportação apenas quando a demanda no mercado interno cai ao ponto de forçar uma via externa de retomada do crescimento, como foi o caso em 1984, depois da crise da dívida no início daquela década (FARIA, 1995).⁴ Como essa demanda interna cresceu como reação imediata ao Plano Real, empresas nacionais têm aí mais uma razão, além da taxa de câmbio sobrevalorizada, para reduzir o percentual de suas vendas para o Exterior.

O aumento acentuado das importações de bens de capital é digno de nota, em vista do impacto significativo que também causou na economia. Dois são os motivos: o primeiro mostra que a importação de novas tecnologias causou, de fato, a elevação da produtividade, que, segundo o Governo, deve compensar a defasagem cambial, como já visto; e o segundo é que esse crescimento das importações reflete, por outro lado, a situação de crise atual da indústria nacional de bens de capital.⁵ Como mostra a Tabela 3, em 1996 as indústrias de bens de capital enfrentaram uma retração significativa, da ordem de 15,9%, capitaneada pelo desempenho negativo da indústria mecânica (-18,6%). Em ambos os casos, vale observar que a estabilização representou fator favorável no primeiro ano do Plano Real, mas que, a partir do segundo ano, a situação se inverteu, o que é explicado pelo ajuste introduzido ou acentuado pelo Plano: aumento de produtividade e qualidade para uns e incapacidade de enfrentar a concorrência

⁴ Vale salientar que, em vista da abertura de mercado claramente seletiva para a indústria brasileira, em alguns setores específicos (como as indústrias têxtil e de vestuário) o nível de importações aumentou sensivelmente, enquanto, em setores dominados por corporações multinacionais (como na indústria automobilística), a abertura seguiu num ritmo bem mais lento.

⁵ A indústria automobilística, graças a seu poder de influência sobre a política econômica, reagiu de maneira diferente à globalização, conseguindo garantir sua fatia do mercado nacional. As taxas alfandegárias para as importações de automóveis estão na faixa dos 70%, depois de um breve período de alíquotas bem inferiores. Desde os anos 50, as multinacionais automobilísticas implantadas no País souberam se beneficiar da política protecionista brasileira. Protegidos da concorrência internacional, os carros produzidos no País estão cotados no mercado internacional a um preço muito elevado e com uma tecnologia ainda defasada. Desde os anos 80, vem-se verificando uma mudança notável nesse setor, com o incremento de sua participação no mercado externo. Isto se dá, primeiramente, em decorrência da crise do mercado interno e, mais recentemente, como resultado da abertura comercial associada às estratégias globais das montadoras.

externa para outros, ou seja, crescimento da importação de máquinas e equipamentos.⁶

Preocupado com a balança comercial negativa e pressionado pelos setores mais atingidos do empresariado nacional, o Governo procura amenizar essa tendência através de incentivos às exportações (redução de impostos sobre insumos e equipamentos importados para a linha de produção destinada à exportação, linhas de crédito e, mais recentemente, isenção do ICMS). Só que, em 1996, uma parte do desequilíbrio do comércio exterior resultou não de empresas nacionais, mas de investimentos diretos injetados no País (MARIN, 1997), justo aqueles onde se concentra a expectativa do Governo de incrementar as exportações. Segundo Laplane e Sarti (apud FSP, 1997a), uma vez que têm se concentrado na produção de bens finais de consumo para o mercado interno, em vista do potencial de crescimento deste, como já mencionado, esses investimentos têm contribuído para o agravamento do déficit pela pressão que fazem sobre a demanda por equipamentos e insumos importados.⁷ Como consequência de tal desequilíbrio, não resta ao Governo muito mais que segurar o crescimento do mercado interno, para, com isso, forçar a redução das importações e esperar pelos ganhos de produtividade na indústria e na "logística da infra-estrutura econômica" que tanto almeja.

⁶ Projeção da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas (Abimaq): em 1996, o setor de máquinas teria faturado US\$ 20 bilhões, cifra igual à de 1990, mas suas importações dobraram, no mesmo período, de US\$ 3 bilhões para US\$ 6 bilhões. Para o setor de autopeças, a situação foi semelhante: enquanto a alíquota de importação sobre veículos importados foi de 70%, para o setor a taxa foi de apenas 2%. Resultado desse ajuste sobre o mercado de trabalho no ABCD paulista: dos 203 mil metalúrgicos que a região apresentava em 1987, restaram, no final de 1996, apenas 131 mil. Em Santo André, sede de grande parte da indústria brasileira de autopeças, 50% dos empregos desapareceram no mesmo período. A venda da Metal Leve à alemã Mahle estimulou analistas como Michael Heidingsfelder, da consultora Roland Berger, a afirmarem que: "(...)as indústrias brasileiras de autopeças que não tiverem aporte externo de capital e tecnologia não devem resistir à globalização. Só 16% a 20% delas estão preparadas para competir. E três quarto destas são subsidiárias de empresas européias ou norte-americanas" (INDÚSTRIA..., 1996).

⁷ A indústria automobilística constitui exemplo relevante: ao não realizar exportações no mesmo valor das importações em peças (que tiveram alíquota reduzida com esse fim), conforme previsto no regime automotivo, as montadoras têm comprometido o equilíbrio comercial desenhado no regime. As 136 empresas — montadoras e fabricantes de autopeças — que aderiram ao regime importaram autopeças (US\$3,4 bilhões), matéria-prima, bens de capital e veículos acabados num total de US\$ 6 bilhões, enquanto suas exportações atingiram US\$ 4,6 bilhões. Isto significa que a indústria tem contribuído significativamente para o déficit comercial, gerando um saldo negativo, que chegou a US\$ 1,4 bilhão em 1996, ou seja, cerca de um quarto do déficit comercial total daquele ano (FSP, 1997a). Vale salientar que, de um total de 79 novas empresas instaladas no Brasil entre 1994 e 1998, 20 são do setor automobilístico.

Tabela 5

Indicadores do setor externo no Brasil — 1980-1997

DISCRIMINAÇÃO	1980 (US\$ milhões corren- tes)	1990 (US\$ milhões corren- tes)	1991 (US\$ milhões corren- tes)	1992 (US\$ milhões corren- tes)	1993 (US\$ milhões corren- tes)
Exportações					
Totais	20 132	31 414	31 620	35 793	38 555
Industrializados		19 624	20 397	23 787	25 935
Industrializados/total		0,62	0,65	0,66	0,67
Importações					
Totais	22 955	20 661	21 041	20 554	25 256
Bens de capital		5 932	5 966	6 335	8 369
Bens capital/total		0,29	0,28	0,31	0,33
Exportações totais/PIB	9,1	7,0	8,2	9,2	9,0
Importações totais/PIB	10,4	4,6	5,4	5,3	5,9
Saldo da balança comercial	-2 823	10 753	10 579	15 239	13 299
Transações correntes		-2 474	-1 407	6 143	-592
Reservas internacionais (1)	6,9	10,0	9,4	23,8	32, 2
Reservas/importações (%)	30,1	48,3	44,7	115,6	127,5
DISCRIMINAÇÃO	1994 (US\$ milhões corren- tes)	1995 (US\$ milhões corren- tes)	1996 (US\$ milhões corren- tes)	1997 (US\$ milhões corren- tes)	VARIAÇÃO MÉDIA ANUAL 1990-97
Exportações					
Totais	43 545	46 506	47 747	52 986	7,8
Industrializados	27 981	29 729	29 676	32 732	7,6
Industrializados/total	0,64	0,64	0,62	0,62	-0,2
Importações					
Totais	33 079	49 858	53 286	61 358	16,8
Bens de capital	12 690	19 891	20 184	26 232	23,7
Bens capital/total	0,38	0,40	0,38	0,43	5,9
Exportações totais/PIB	8,0	6,6	6,2	6,6	-0,9
Importações totais/PIB	6,1	7,1	6,9	7,6	7,4
Saldo da balança comercial	10 466	-3 352	-5 539	-8 372	-
Transações correntes	-1 689	-17 972	-24 347	-33 439	45,1
Reservas internacionais (1)	38,8	51,8	60,1	52,2	26,6
Reservas/importações (%)	117,3	104,0	112,8	85,07	8,4

FONTE: BOLETIM DO BANCO CENTRAL do Brasil, diversos anos e Fernandes (1996) para 1980.

(1) Em US\$ bilhões.

Ainda mais preocupante para a estabilização da economia brasileira é o explosivo resultado negativo das transações correntes do balanço de pagamentos, que, em 1996, chegou à cifra de R\$ 24,3 bilhões, causado principalmente pelo pagamento dos juros da dívida externa (R\$ 12,8 bilhões), pelas remessas de juros (R\$ 9,8 bilhões) e pelo já mencionado crescente déficit na balança comercial (Tabela 5). Vale lembrar que quase todas as medidas possíveis para tentar equilibrar esse descompasso comercial externo significam uma contínua redução do já pequeno crescimento econômico.⁸ A chamada âncora cambial, assim mantida, eleva a competitividade dos produtos estrangeiros no mercado doméstico, ao mesmo tempo em que pressiona para baixo tanto os preços internos como a competitividade dos produtos brasileiros em mercados externos. De outro lado, a taxa de juros alta, assim exercida em razão da necessidade de se manter o nível dos investimentos de curto prazo e, com isso, o montante das reservas internacionais, reforça as dificuldades dos produtores brasileiros, por onerar sua capacidade de investimento e, por consequência, sua capacidade de geração de emprego e renda. Entretanto, usando do argumento da legitimação e com a finalidade de não ameaçar a reeleição de FHC, o Governo tem conseguido monitorar “politicamente” as medidas consideradas recessivas, adotando a estratégia de “desvalorização imperceptível” do câmbio, o estímulo à reestruturação e o aumento de produtividade da indústria, já mencionados, associados à revisão da taxa de crescimento, já reduzida, quando acende o sinal amarelo.

No que tange às finanças públicas, os efeitos do Plano Real são igualmente dignos de menção. Nos anos 80, foi comum relacionar o índice inflacionário com o alto déficit público, para esclarecer e exigir a diminuição desse déficit como requisito básico do combate à inflação. Com o Plano Real, o que se verifica é um paradoxo perante esse requisito: conseguiu-se baixar a inflação, ao mesmo tempo em que o déficit orçamentário aumentou visivelmente. Em 1995, as despesas superaram a receita em R\$ 4,45 bilhões. Em 1996, o déficit tornou-se ainda maior, apesar de uma arrecadação recorde, no valor de R\$ 9,41 bilhões (FSP, 1997b). Ademais, quase metade da dívida recaiu sobre os estados e os municípios, enquanto o Governo Federal foi responsável pela outra metade (PINTO

⁸ O crescimento do PIB brasileiro está projetado pelo Governo na casa dos 4% para 1997. Em que pese à taxa de 1996 ter ficado mais que um ponto percentual abaixo da previsão, vale registrar que não é uma taxa pequena, quando comparada àquelas apresentadas pelos países europeus, mas abaixo de seu potencial para um país com grande demanda por investimentos em infra-estrutura econômica e social, sem falar na ampliação do mercado interno via redistribuição de riqueza.

1997b). Em maio de 1996, a dívida pública era, em termos proporcionais, de 33% do PIB, que, comparada com a de outros países (na Itália, por exemplo, alcançou 120%), não é tão elevada. O que preocupa em relação à dívida pública brasileira é o crescimento galopante da dívida externa e o horizonte de prazo tão curto para o cumprimento de suas obrigações (RÜCKERT, 1996, p.6) depois da redução conseguida nos anos 80.

Uma análise detalhada da evolução orçamentária mostra que o Governo consegue ter mais controle dos custos de pessoal através de uma política de congelamento salarial para o servidor público (os funcionários públicos, sem questionarem se são bem ou mal-remunerados, não vêem reajuste de salário desde janeiro de 1995). O mesmo não se pode dizer de sua dívida mobiliária: com sua política de juros altos, o Governo vem assistindo ao crescimento dos serviços da dívida, que, de um valor já muito elevado, de R\$ 13,4 bilhões em 1995, passou para R\$ 16,6 bilhões em 1996. O aumento do principal da dívida pública, de R\$ 108,5 bilhões para R\$ 176,2 bilhões no período de 1995 a 1996, reflete, em grande parte, a estratégia oficial de saneamento de bancos privados e públicos, que só em 1996 somou uma quantia de R\$ 24,4 bilhões (FSP, 1997b, 1997c). Com isso, não admira o comprometimento da capacidade dos estados, dos municípios e da União de cumprirem com suas obrigações nas áreas de educação e saúde e de efetuarem os investimentos de infra-estrutura necessários para a redução do chamado Custo Brasil.

Uma questão central de interesse da população é se o Estado é capaz de oferecer uma estrutura social mínima. A esse respeito, ocorreu uma mudança de competência com a promulgação da Constituição de 1988. Comparando-se com 1980, em 1992 as prefeituras puderam aumentar de 11% para 17% sua participação com os gastos sociais, enquanto os estados aumentaram de 24% para 27%, o que reduziu a participação em nível federal, de 65% para 56% (MEDICI, 1995, p. 291). A crise financeira dos estados e dos municípios certamente ameaça a qualidade do serviço social público prestado, o que se reflete na implantação do "imposto do cheque" — a CPMF. Sua negociação revelou o reconhecimento oficial do estado crítico em que se encontra o setor brasileiro de saúde pública.

Em resumo, pode-se dizer que a estabilização significou o viés de inserção da sociedade e economia brasileiras no mercado globalizado. Não tanto no sentido do comércio de mercadorias, apesar do incremento da conta de importados, mas especialmente no que concerne à penetração internacional no mercado brasileiro de capitais, que, de longe, superou a taxa de crescimento do comércio exterior do País. Tirando proveito da política de estabilização, tanto na forma de investimentos diretos estrangeiros quanto nas movimentações de capital

de curto prazo, investidores e principalmente especuladores trocam dólar por real, ao mesmo tempo em que contribuem para o crescimento considerável e indispensável da reserva monetária. Fica evidente que o que foi globalizado foi, acima de tudo, a moeda. Quando o Presidente Fernando Henrique Cardoso esclarece aos seus cidadãos (FSP, 1996) que os acordos políticos estão sob o imperativo da globalização, isso não quer dizer outra coisa senão que o dinheiro "global" impera no País e determina as regras do jogo.

3 - À guisa de conclusão...

A análise dos pontos macroeconômicos essenciais (crescimento, inflação, finanças públicas, desemprego e distribuição de renda) não permite ainda caracterizar o Plano como um sucesso, em vista da estrita perspectiva macroeconômica (o curto período desde que entrou em vigor). Por outro lado, a melhoria na área econômica defronta-se com os crescentes déficits público nacional e no comércio exterior, embora a limitação do desenvolvimento do mercado interno causado pelo desequilíbrio comercial externo seja fato nada recente. Ao contrário, acompanha os últimos 100 anos da história brasileira.

No ajuste do Plano Real, contudo, a dívida externa exerce um papel secundário: condições satisfatórias aos investimentos estão em primeiro plano. A política adotada, determinante tanto nos países em desenvolvimento quanto nos antigos países comunistas do Leste Europeu, é a de garantir a estabilidade através de uma estratégia que combine câmbio defasado e juros altos. Conseqüentemente, com a alta remuneração dos ativos financeiros, cresce a dívida pública e, com ela, a importância dos proprietários de capitais, brasileiros e estrangeiros. Desde que o Governo Federal começou a financiar sua dívida a juros altos, com curto prazo e liberalização do mercado financeiro, deu-se início a uma maciça movimentação financeira em direção aos proprietários de capitais. Com isso, a estabilidade introduzida com o Plano Real revelou o Brasil aos investidores internacionais como um *emerging market*, o que reforça tal movimentação tanto quanto a acumulação das reservas internacionais com as quais o Governo defende a estabilização. Isso é a essência daquilo que é caracterizado como globalização. Tal fenômeno de internacionalização de capitais não aconteceu nem de perto no que diz respeito ao comércio exterior brasileiro, onde as alterações que ocorreram não são comparáveis, nem em intensidade, nem em valores, aos movimentos no setor financeiro.

Seria incorreto subestimar a amplitude das alterações havidas através das mudanças macroeconômicas provocadas pelo Plano Real, num período de tempo

mais curto. O que se alterou mais definitivamente foram as relações de poder, e é aqui que reside o segundo e o mais importante aspecto que caracteriza o modelo de estabilização. Mas este é outro tema, para o qual nos voltamos em outro artigo (NOVY, FERNANDES, 1997). Vale ressaltar aqui, porém, que as críticas à política econômica, da esquerda à da direita do espectro político, são muito próximas e semelhantes: a médio prazo essa política está condenada ao fracasso, por se fixar exclusivamente na estabilidade monetária e por negligenciar uma política de criação de empregos e de crescimento.

O déficit duplo — fiscal e comercial — produzido pelo modelo de estabilização adotado tem, contudo, levado o Governo a agir contra sua própria retórica. Como observam Pinto (apud FSP, 1997d) e Castro (apud FSP, 1997e), paulatinamente, o Governo tem reduzido juros e câmbio desde a crise asiática, embora a queda de juros e a desvalorização cambial estejam em contradição com a política de austeridade monetária. Ambas as iniciativas não combinam com os interesses financeiros, de um lado, e, de outro, pelo fato de as taxas ainda estarem em patamares muito altos, inspiram certa resistência nos setores produtivos da economia brasileira — que é onde há possibilidade de se criarem empregos. Embora a retórica reafirme a manutenção da política, o Governo começou a reconhecer a ameaça que ela representa ao equilíbrio no setor externo, na medida em que sua manutenção contribui para o enfraquecimento da estrutura produtiva nacional.⁹

Cabe, finalmente, um último comentário, em vista do projeto econômico desencadeado com o Plano Real. É evidente que o talento político do Presidente Fernando Henrique o tem levado a uma posição privilegiada. Sua reeleição em 1998 ainda parece certa, embora ameaçada pelos efeitos do Plano Real sobre a geração de empregos e sobre a oferta de serviços públicos, assim como pelas lutas internas no bloco de poder decorrentes do projeto hegemônico, especialmente após a morte de dois de seus mais próximos e estratégicos auxiliares. Mas o Presidente está certamente atento às incertezas, pois bem sabe, desde seus escritos como sociólogo, que nem o contínuo subdesenvolvimento nem a predominância dos soberanos são uma lei natural:

⁹ Em fins de julho de 1997, o Governo decretou o fim da isenção do Imposto sobre Importação para cerca de 3.600 máquinas e equipamentos (os chamados "ex-tarifários"), de modo a reduzir as compras de bens de capital no Exterior e a incentivar a indústria nacional. Já se chega a afirmar que o Governo pratica uma "política industrial ativa", embora "pontual", isto é, voltada a superar gargalos específicos em setores específicos, que vão surgindo em decorrência da estabilização ou da exposição à competição externa. Vale registrar o risco de cartorialização embutido em tal modelo de política industrial (CALDAS apud ESP, 1997).

"(...)a análise do desenvolvimento deve supor sempre a 'possibilidade' de estagnação e de heteronomia. A determinação das possibilidades concretas de êxito depende de uma análise que não pode ser somente estrutural, mas que tem de compreender também o modo de atuação das forças sociais em jogo, tanto as que tendem a manter o *status quo* como aquelas que pressionam para que se produza a mudança social. Exige, além disso, a determinação das 'orientações valorativas' ou ideologias que animam as ações e os movimentos sociais" (CARDOSO, FALETTTO, 1984, p. 38).

Os protestos recentes são ameaças concretas ao "processo político" que tem se dedicado a construir, pois ele sabe que aquilo que existe e o discurso hegemônico da globalização não são o único futuro possível. Ao contrário, "[s]abemos que o curso concreto da história, ainda que seja balizado por condições dadas, depende em grande parte da ousadia dos que se propõem a agir em função de fins historicamente viáveis" (CARDOSO, FALETTTO, 1984, p. 143). Por isso, FHC tenta com todos os recursos assegurar sua política como alternativa única e marginalizar, isolar ou desqualificar seus opositores.

Bibliografia

- BATISTA JÚNIOR, P. Nogueira (1997). A distribuição de renda depois do Plano Real. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 6 mar.
- BECKER, B., EGLER, C. (1992). **Brazil: a new regional power in the world-economy; a regional geography**. Cambridge : Cambridge University.
- BECKER, J., NOVY, A. (1996). Quo vadis, Linke? Elementer alternativer Entwicklungsstrategien. In: KURSWECHSEL-Buch, p.101-111.
- CALZADILLA, B., NOVY, A (1995). Importsostituierende und exportorientierte Industrialisierung. In: FELD-BAUER et al. **Industrialisierung. Entwicklungsprozesse in Afrika, Asien und Lateinamerika**. Frankfurt/Wien : Apse & Brandes/Südwind. p.33-46 (Historische Sozialkunde, 6).
- CARDOSO, F. H.; FALETTTO, E. (1984). **Dependência e desenvolvimento na América Latina**: ensaio de interpretação sociológica. 7 ed. Rio de Janeiro : Zahar.
- FARIA, L. A . E. (1995). **Um estudo sobre o regime de acumulação da economia brasileira**. Porto Alegre : FEE. (Relatório de Pesquisa).

- FARIA, L. A. E. (1996). Außenpolitik und Kapitalakkumulation: Brasilien und der Mercosur. In: BECKER, et al. **Die Zukunft der Dritten Welt**. Wien : Kurswechselbuch. p.61-70.
- FERNANDES, A. C. (1996). **Conflicts in regional and trade policies**: a case study of northeast Brazil in the 1980s. University of Sussex, Dept. of Geography. (PhD Thesis)
- FERNANDES, F. (1997a). Eletroeletrônico fatura 16% mais em 96. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 7 jan.
- FERNANDES, F. (1997b). Médico cobra R\$75 por consulta em SP. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 17 jan.
- FIORI, J. L. (1997). O capitalismo e suas vias de desenvolvimento. **Teoria e Debates**, n. 33, p.36-45.
- FIORI, José Luis (1995). **O vôo da coruja**: uma leitura não-liberal da crise do estado desenvolvimentista. Rio de Janeiro : Ed. da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- FOLHA DE SÃO PAULO (1996). São Paulo, 21 fev.
- FOLHA DE SÃO PAULO (1997). São Paulo, 17 jan.
- FOLHA DE SÃO PAULO (1997a). São Paulo, 02 abr.
- FOLHA DE SÃO PAULO (1997b). São Paulo, 16 jan.
- FOLHA DE SÃO PAULO (1997c). São Paulo, 29 jan.
- FOLHA DE SÃO PAULO (1997d). São Paulo, 5 jan.
- FOLHA DE SÃO PAULO (1997e). São Paulo, jul.
- FREITAS, J. (1996). Nesta data querida. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 3 nov.
- INDÚSTRIA brasileira está sumindo, A. (1996). **Atenção**, São Paulo, v.2, n.7, p.10-17.
- LIRIO, S. (1997a). Indústria de São Paulo faz 176.142 demissões em 96. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 14 jan.
- LIRIO, S. (1997b). Venda ultrapassa 2 milhões de unidades. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 17 jan.
- MARIN, D. C. (1997). Exportações ultrapassam R\$ 47 bi em 96. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 8 jan.

- MEDICI, A C. (1995). Políticas sociais e federalismo. In: AFFONSO, R.; SILVA, P., eds. **A federação em perspectiva**: ensaios selecionados. São Paulo: FUNDAP. P.285-304.
- MELO, J. C. (1997). A lei é o limite. **Veja**, São Paulo : Abril, 5 mar.
- MUSACCHIO, A . (1996). Illusionen der neomerkantilistischen Integrationsstrategie: Der Fall Argentinien. In: BECKER, et al. **Die Zukunft der Dritten Welt**. Wien: Kurswechselbuch. p.49-60.
- NOVY, A . (1996). Zivilgesellschaft: Hoffnungsträger oder Trojanisches Pferd? In: KURSWECHSEL, n.1, p.26-38.
- NOVY, A ., FERNANDES, A . C. (1997). Die reale Vorherrschaft des Goldes: der brasilianische Plano Real. In: GABRIEL, L., org. **Die globale Vereinnahmung**. Frankfurt : Brandes & Apsel/Südwind. p.49-67.
- O ESTADO DE SÃO PAULO (1996). São Paulo, 28 set., p.B5.
- O ESTADO DE SÃO PAULO (1997). São Paulo, 28 set.
- OLIVEIRA, F. de (1997). FHC é o comandante que a elite esperava, diz Oliveira. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 10 fev. (Entrevista a Ana Maria Mandim).
- PATÚ, Gustavo; RIBEIRO, Alex (1997). Socorro aos bancos elevou dívida interna. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 28 jan.
- PINTO, C. (1997a). BC acelerou o câmbio. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 5 jan.
- PINTO, C. (1997b). Um alerta externo. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 7 jan.
- PIRES, C. (1997a). Classe média empobrece, diz estudo. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 13 jan.
- RIBEIRO, Alex (1997). Transações correntes estouram meta. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 25 jan.
- ROSSI, C. (1997). O acadêmico X o presidente. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 14 fev.
- RÜCKERT, Isabel Noemia (1996). O crescimento da dívida pública frente à estabilização econômica. **Carta de Conjuntura**, Porto Alegre : FEE.
- SCHWAIGER, E. (1996). Das partizipative Budgeterstellungsmoell in Porto Alegre: Lokale Reformpolitik durch Stärkung der Zivilgesellschaft. **Journal für Entwicklungspolitik**, n.3, p.331-342.

- SOMOGGI, L. (1997). Faz sentido? **Exame**, São Paulo : Abril, 9 jan.
- SUASSUNA, N. (1996). O poder executivo abusa do direito de editar medidas provisórias. SIM-crescimento vertiginoso. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 21 dez.
- TAVARES, M. C.. (1997). As alianças do mal. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 9 fev.
- TOLEDO, J. R. (1997). Dívida comprime gasto social do governo. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 12 fev.
- VEJA (1996). São Paulo : Abril, p.9-11, 6 nov. (Entrevista com Rudiger Dornbusch).
- ZINI JÚNIOR, A. A. (1997). Desigualdade de renda no Brasil. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 2 mar.